Discussão da questão de gênero na teoria marxista

Mary Alves Mendes¹

“A questão não é fazer um catálogo de erros, mas aprender a possuir o passado, lembrar como pensávamos de determinado modo pela primeira vez, e continuamos pensando, e a dificuldade que tínhamos em agir pensando daquele modo. Essa é, parece-me, a única maneira de aprender a ser o passado e ao mesmo tempo não o ser, pois cada novo esforço em compreender o que foi pensado e feito cria um novo passado e um novo futuro”.

Andrea Nye

O presente artigo pretende fazer uma exposição das discussões ocorridas no meio acadêmico entre as teóricas feministas marxistas e não marxistas com referência ao tratamento dado por Marx à questão feminina.² Procura-se evidenciar alguns pontos considerados polêmicos como, relações de produção e relações de reprodução, trabalho doméstico e trabalho produtivo, gênero e classe social. Muitas das escritoras feministas que dirigiram suas críticas à teoria marxista as fizeram, sobretudo atestando que Marx e os marxistas em geral praticamente não deram importância à problemática da mulher, e quando o fizeram a reduziram a uma questão puramente econômica.

Simone de BEAUVOIR (1961) imputa a Marx a confusão entre oposição de sexo e oposição de classes. Considera que quando os marxis-

¹ Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco-UFPE

² Refere-se aqui às desigualdades nas relações de gênero, ou seja, à posição de inferioridade e opressão sofrida pelas mulheres na sociedade em geral.

tas atribuem a opressão e exploração feminina à propriedade privada dos meios de produção eles negam a singularidade da luta das mulheres. Segundo ela, a burguesia pode até ter contribuído para conservar e até aumentar essa opressão mas não foi a autora de tal. Esses autores, conforme ela, confundem oposição de sexo e oposição de classes quando consideram que a propriedade privada é a responsável pelas diferenças existentes entre homens e mulheres. Critica a tese marxista do matriarcado argumentando que as mulheres não passaram a ser oprimidas com o aparecimento da estrutura capitalista, a dominação masculina está presente ao longo da história independente desta ou daquela estrutura.

Juliet MICHELL (1977) reclama a forma secundária como foi tratada em sua obra a questão da mulher, declarando não haver intenção por parte do teórico de estudar a questão em si, mas de fazer uma análise sobre a economia e a propriedade. Sua crítica estende-se também a Engels, atribuindo-lhe uma visão reducionista quando ao enfatizar a questão da desigualdade feminina a faz na relação estrita à sua capacidade para o trabalho, considerando que a fisiologia feminina, mas frágil que a masculina, seria a responsável pela sua opressão.. A questão feminina em Marx é tratada de maneira secundária, ela aparece em sua obra sobre a família de forma não tão significativa. O objetivo quando este tratava da família e da mulher, comenta a autora, era analisar a economia e a evolução da propriedade.

As críticas de Seyla BENHABIB e Drucilla CORNELL (1987:7-8) referem-se às teóricas feministas que recorreram ao marxismo ortodoxo a partir dos conceitos de atividades produtivas e relações de produção para explicar as atividades reprodutivas e relações de produção vivida pelas mulheres. A crítica é mais especificamente à teórica feminista Catherine Mackinnon que faz uma analogia entre marxismo e relações do gênero. A crítica de Benhabib a essa análise parte do princípio de que a comparação em si não acrescenta nada em termos da problemática, mas do que comparar gênero e classe é preciso indagar pelo menos se a posição de um grupo social no processo de produção é suficiente para fundamentar a consciência coletiva.

As autoras mostram que o embate entre o marxismo e o pensamento feminista clama por uma mudança no “deslocamento do

paradigma da produção". A crítica vai para as teóricas que se uniram ao marxismo ortodoxo sem contestar o primado da produção. Para caracterizar atividades de mulheres (gerar e criar filhos, realizar o trabalho doméstico, etc.) recorreram ao termo "reprodução". Enquanto o marxismo buscava a sua análise a partir da atividade produtiva e relações de produção, as teóricas feministas incluíam a esses conceitos às atividades reprodutivas e relações de reprodução, o que trouxe alguns questionamentos em cima do termo reprodução usado por elas, uma vez que Marx o utilizou no sentido da continuidade da produção ao longo do tempo diferentemente do sentido de reprodução biológica. Outro ponto de indagação é sobre a adequação do conceito de produção em Marx para compreender atividades domésticas. Com esse objetivo de inserir atividades femininas em categorias marxistas muitas teóricas tentaram unificar classe e gênero. Nas palavras da própria MAKINNON:

"O trabalho para o marxismo, como a sexualidade para o feminismo, são socialmente construídos conquanto construtores, universais como atividade conquanto historicamente específicos, constituídos ao mesmo tempo de matéria e espírito. Assim como a expropriação organizada do trabalho de alguns em benefício de outros define uma classe $\frac{3}{4}$ trabalhadores $\frac{3}{4}$ a expropriação organizada da sexualidade de uns para uso de outros define o sexo $\frac{3}{4}$ as mulheres. A heterossexualidade é sua estrutura; gênero e família são suas formas cristalizadas; papéis dos sexos são suas qualidades generalizadas a persona social; a reprodução é uma consequência; o controle é o seu problema." (Catherine MACKINNON apud BENHABIB e CORNELL, *ibid.* p.9)

Mackinnon busca analogicamente os modelos de trabalho e reprodução em Marx para entender gênero e sexualidade, onde a 'expropriação organizada da sexualidade' define a classe das mulheres assim como o 'expropriação organizada do produto excedente ou valor excedente' define a classe dos produtores. A autora defende uma

'greve sexual' parecida com a 'greve geral' da classe trabalhadora proposta por Marx.

Linda NICHOLSON (1987) critica as limitações do conceito de "produção" utilizado por Marx, mas alerta para a necessidade de se considerar o que ela chamou "o engolfamento do marxismo nas categorias do seu tempo" (p.36), segundo ela, é necessário uma re-historicização de suas categorias conceituais. Para a autora, Marx pode se comportar como aliado ou adversário da teoria feminista. No primeiro caso pode-se utilizar o seu trabalho histórico para compreender a separação da família, do Estado e da economia como um fenômeno histórico e não natural, e ainda entender a interação dessas esferas no contexto de sua separação; no segundo caso, pode-se entender a sua teoria como obstaculizante ao entendimento do gênero a partir da sua concepção de autonomia da esfera econômica.

O conceito de produção em Marx torna-se fundamental para o entendimento da sua visão da vida humana e da organização social, porém na visão feminista, via Nicholson, esse conceito é considerado ambíguo, quer se tratando de todas as atividades humanas necessárias à reprodução da espécie, quer em relação à obtenção de alimentos e produção de objetos físicos.

"A produção da vida, tanto da própria, no trabalho, como da alheia, na procriação, aparece agora como dupla relação: de um lado, como relação natural, de outro como relação social ³/₄ social no sentido de que se entende por isso a cooperação de vários indivíduos, quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade. Donde se segue que um determinado modo de produção em uma determinada fase industrial estão constantemente ligados a um determinado modo de cooperação e a uma fase social determinada, e que tal modo de cooperação é, ele próprio, uma 'força produtiva'; segue-se igualmente que a soma de forças produtivas acessíveis aos homens condiciona o estado social e que, por conseguinte, a 'história da humanidade' deve sempre ser estudada e elaborada em conexão a história da indústria e das trocas". (MARX e ENGELS, 1996: 42)

A crítica da autora a respeito da ambigüidade no uso do termo “produção” dá-se quando Marx na primeira sentença refere-se à “produção” como todas as atividades necessárias à sobrevivência da espécie e na segunda sentença apenas como atividades destinadas à criação de objetos materiais. Ao significado de “produção” no primeiro sentido, diz Nicholson que Marx também poderia ter incluído os modos de cooperação familiares e não se limitar apenas ao ‘modo de cooperação’ encontrado na ‘produção e troca’ eliminando, assim, da sua análise teórica as atividades que estão fora da economia capitalista, ou seja, as atividades ‘reprodutivas’ e aquelas referentes à organização social.

Em relação ao uso feito por Marx do termo trabalho a autora reclama também da imprecisão deste quando o teórico diz que o trabalho é o motor da mudança histórica, mas não precisa em que sentido está se referindo, se ao trabalho como todo esforço humano, como produção de objetos ou como produção de mercadorias. Outro termo ainda considerado ambíguo pela autora é o conceito de “economia” em Marx.

“Na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a fundação concreta sobre a qual se ergue uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral de vida social, política e espiritual” (MARX, 1978: 130)

Na frase “modo de produção da vida material” Nicholson também vê ambigüidade, pois atividades pode estar significando aquelas que produzem e reproduzem objetos, e nesse caso a família não faria parte da economia, ou ainda pode significar tipo de coleta, caça ou cultivo de alimentos, nesse caso alguns tipos de família poderiam entrar na análise.

Para a autora, Marx termina atribuindo elementos específicos da sociedade capitalista a todas as sociedades e acaba generalizando a separação e o primado do “econômico”, próprio da sociedade capitalista, a todas as sociedades. Por outro lado, diz que a prioridade e a centralidade que Marx deu ao econômico se justifica por sua teoria ser definidora de uma época e de uma situação de mercado que estava ainda se estabelecendo.

Compreender o marxismo em relação as questões de gênero é, para Nicholson (1987), entender que o conceito de “classe” em Marx está ligado à “produção”, aos “meios de produção, ao “econômico”, o que leva conseqüentemente esta análise a não considerar central e prioritária outras atividades como a geração e criação de filhos e nem suas mudanças organizacionais como elementos de entendimento e mudança da história. A determinação do gênero como indicador de classe ou não, deve ser analisado em “cada instância empiricamente” e a não centralidade da análise marxiana em relação a gênero justifica-se pelo “engolfamento do marxismo nas categorias do seu tempo”. Compreender gênero e suas manifestações nas diversas sociedades segundo Nicholson “exige uma consciência da natureza histórica da separação da esfera econômica em vez de sua pressuposição nas categorias utilizadas.” (Ibid; 37)

No mesmo caminho de Nicholson segue Andrea NYE (1995) quando diz da impossibilidade da questão de gênero ser prioritária em Marx uma vez que sua análise baseava-se na lógica da produção capitalista e não na esfera individual, onde estava centrada a família, o sexo, e o trabalho doméstico, sendo assim “A teoria marxista explica as relações sociais com referência aos arranjos econômicos nos quais o trabalho é vendido por salários e um produto manufaturado é vendido por lucro”. (NYE, *ibid.*:74).

As mulheres que trabalham fora do lar, que são remuneradas, estão inseridas na lógica do mercado e do modelo econômico, ao contrário daquelas que trabalham no lar, o que leva a crer que as relações domésticas não fazem parte de uma explicação marxista. O trabalho doméstico não é “produtor de valor” no sentido capitalista, ele é complementar à produção e ajuda o capitalista a ter lucros, mas é “subsidiário e parasitário” em termos da produção capitalista. O que é

produzido pela esposa no trabalho doméstico é considerado valor-de-uso para consumo imediato não havendo, portanto a venda de trabalho a um capitalista e nem a produção de uma mercadoria que será trocada, conseqüentemente não haverá também uma atividade regulada pelo sistema de produção capitalista.

Em relação ao que Marx chamou de “reprodução” dos meios de produção algumas feministas marxistas acreditam poder ser ampliada para incluir o papel da mulher na família, mas Nye refuta tal ampliação dizendo que a reprodução do trabalho ao qual Marx se referia era um “simples correspondente à capacidade do trabalhador se manter e também aos filhos que o substituirão”. Marx tratou a família como algo natural e biológico. Na relação teoria marxista e relações de gênero Andrea Nye acredita não ser possível se explicar a opressão histórica e material das mulheres através da teoria marxista. Essa impossibilidade não está relacionada a erro na teoria e nem se trata de omissão. A teoria marxista não pode explicar a dinâmica das relações familiares porque elas não são causas, mas conseqüências do modo de produção como também não pode analisar a reprodução da personalidade humana na família porque não é ela o carro chefe da mudança social.

Ainda seguindo a mesma linha geral de raciocínio de Nicholson (1987) e Nye (1995), os autores brasileiros Hildete Pereira de MELO e Franklin SERRANO (1997) concordam que a teoria marxista se torna inadequada para analisar as relações de gênero, principalmente no que se refere ao trabalho doméstico, se aplicada tal como foi formulada, ou seja, levando em conta elementos analíticos de mercado como concorrência, oferta, demanda e luta de classes.

Outro argumento da inadequação de utilizar a teoria marxista como instrumental de análise no entendimento das relações de gênero pode ser visto nas posições dos autores sobre o papel do trabalho doméstico na teoria econômica marxista. Tomando como base a definição de Marx sobre valor da força de trabalho, em que diz que esse valor é composto pelo tempo de trabalho socialmente necessário para a reprodução da classe trabalhadora, os autores argumentam que o tempo de trabalho do setor doméstico necessário à reprodução dos seres humanos não tem como ser cobrado aos diferentes segmentos da so-

cidade de acordo com a lei do valor. As donas de casa não concorrem com suas vizinhas por refeições melhores da mesma forma que fazem as empresas capitalistas.

É impossível no trabalho doméstico separar o tempo necessário à reprodução, do tempo ligado ao lazer. Diante desses aspectos que evidenciam o trabalho doméstico como valor de uso e não valor de troca é que se justifica o ocultamento da condição feminina na teoria marxista, se fazendo necessária a busca de um outro instrumental teórico para desvendar o real sentido do feminino na sociedade.

Zuleika ALAMBERT (1986) em seu acordo parcial às críticas feitas a teoria marxista com referência a questão de gênero admite existir na teoria marxista algumas contradições e lacunas como a tese do matriarcado, hoje contestada, e o próprio atrelamento da questão feminina à questão de classe. Mas não atribui a Marx a responsabilidade, pois, segundo ela, deve-se levar em consideração as circunstâncias e o momento histórico em que Marx escreveu, o que em outros termos Nicholson chamou de engolfamento do marxismo.

A culpa das limitações teóricas estaria nos marxistas modernos que continuaram a encarar a questão tal qual Marx e Engels a concebeu, não se dando conta das mudanças ocorridas. Faz-se necessário, então, uma reavaliação de algumas categorias conceituais da teoria. Segundo Alambert, "A questão feminina, tal como hoje é entendida, é uma preocupação específica de nosso tempo e não do tempo de Marx e seus discípulos imediatos" (ibid.: p. 114). A discriminação sofrida pelas mulheres e por outras categorias que não estavam diretamente ligadas às relações de produção não foi objeto de análise mais consistente por parte dos teóricos marxistas clássicos. Assim, todas as desigualdades sociais foram atribuídas às relações de produção e todas seriam solucionadas com o fim da sociedade de classes.

Conforme Alambert, essa percepção é necessária para que novos caminhos sejam descobertos visando a construção de uma teoria específica para a mulher na qual o marxismo é somente um método de análise e não uma verdade absoluta. E se alguma crítica tem que ser feita que seja aos teóricos marxistas modernos que assumindo posturas dogmáticas reproduziram verdades gerais sobre a mulher ao invés de utilizar o marxismo como um método de análise. Confundindo

questão de gênero com questão de classe e atribuindo esta como causa daquela, numa visão puramente economicista as análises marxistas modernas deixaram muito a desejar.

Numa espécie de reação a esse tipo de análise vieram os movimentos feministas numa demonstração de que a problemática vai além dos vieses economicistas e de classes. As feministas do século XIX atribuíram a discriminação do sexo ao poder do homem e do seu controle nas instituições sociais. Achavam elas que a discriminação das mulheres não seria resolvida simplesmente com a entrada da mulher no mercado de trabalho. Já as feministas do século XX, privilegiaram as contradições de classes e os conflitos familiares aos conflitos sociais, a questão da ação à estrutura. Era o primado cultural exercendo a sua prevalência sobre o econômico.

Nos anos 60 o patriarcado era a bandeira de luta do feminismo, era ele o responsável pela dominação do sexo masculino sobre o sexo feminino, numa relação de poder que não havia espaços para a dicotomia entre sociedades classistas e não classistas daí o seu caráter analítico universal o que não significa dizer que o mesmo possa ser entendido independente das relações de produção. Não se deve contrapor a luta de classes à luta dos sexos, pois o importante, diz Alambert, é descobrir no geral e em cada situação concreta a dialética existente entre essas duas esferas.

BIBLIOGRAFIA

- ALAMBERT, Zuleika. **Feminismo: o ponto de vista marxista**. São Paulo: Nobel, 1986.
- BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. "Além da Política do Gênero" In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. **Feminismo como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: 10ª Impressão. Editora Nova Fronteira, 1999.
- ENGELS, Friedrich e MARX, Karl. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MARX, Karl. "Para a Crítica da Economia Política" In: **Os Pensadores**. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- IANNI, Otávio. (org.) **Marx Karl. Sociologia**. São Paulo: Ática, 1992.
- MELO, Hildete Pereira de e, SERRANO, Franklin. "A mulher como objeto da teoria econômica", In: AGUIAR, Neuma. **Gênero e Ciência Humanas: desafios às ciências desde a perspectiva das mulheres**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1997.
- NICHOLSON, Linda. "Feminismo e Marx: Integrando o Parentesco com o Econômico", In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla. **Feminismo como Crítica da Modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987.
- NYE, Andrea. **Teoria Feminista e as Filosofias do homem**. Rio de Janeiro: Record: Rosa dos Tempos, 1995.